

# O CONCEITO DE BIOPOLÍTICA EM FOUCAULT: APONTAMENTOS BIBLIOGRÁFICOS

*THE BIOPOLITICS CONCEPTS IN FOUCAULT: BIBLIOGRAPHICAL NOTES*

Jeferson Bertolini<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC, Brasil.  
Doutor em Ciências Humanas. E-mail:  
jefersonbertolini@gmail.com

**Resumo:** Este texto objetiva apresentar o conceito de biopolítica em Michel Foucault e enxergá-lo em nossos dias no âmbito dos programas de TV que ensinam a audiência a cuidar do corpo. O texto se justifica pela importância de Foucault, pela relevância do conceito e pela aplicabilidade do tema para compreender situações cotidianas, como o amplo espaço dado aos médicos em programas de TV. Baseado em levantamento bibliográfico, o manuscrito conclui que biopolítica é um conceito atual, que ajuda a entender, por exemplo, as intervenções médicas, via TV, que buscam otimizar um estado de vida na população para fazê-la produzir mais, como convém ao mundo capitalista.

**Palavras-chave:** Biopolítica. Foucault. Televisão. Medicina.

**Abstract:** This text aims to present the concept of biopolitics in Michel Foucault and to see it in our days in the scope of TV programs that teach the audience to take care of the body. The text is justified by the importance of Foucault, the relevance of the concept and the applicability of the theme to understand everyday situations, such as the ample space given to doctors in TV programs. Based on a bibliographical survey, the manuscript concludes that biopolitics is a current concept, which helps to understand, for example, medical interventions, via TV, that seek to optimize a state of life in the population to make it produce more, as befits the world capitalist.

**Keywords:** Biopolitics. Foucault. TV. Medicine.

<http://dx.doi.org/10.31512/missioneira.v21i1.2985>

Processo de avaliação: *Double Blind Review*

Submetido em: 22.02.2019  
Aceito em: 19.05.2019



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

## 1 Introdução

Biopolítica é um dos conceitos mais notórios do pensador francês Michel Foucault (1926-1984). Em resumo, refere-se a um conjunto de técnicas de poder que incide sobre o corpo coletivo de determinada população para torná-la mais vigorosa e produtiva.

Este texto objetiva apresentar o conceito de biopolítica em Foucault e enxergá-lo em nossos dias no âmbito dos programas de TV que ensinam a audiência a cuidar do corpo (para torná-lo mais vigoroso e produtivo?).

O texto se justifica (a) pela importância de Foucault, (b) pela relevância do conceito e (c) pela aplicabilidade do tema para compreender situações cotidianas, como o amplo espaço dado aos médicos em programas de TV (os médicos ajudam no melhoramento do corpo da população).

Este é, portanto, um estudo bibliográfico. “A pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre determinado assunto. Ela propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, ajudando a chegar a conclusões inovadoras” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 183).

Não há regras fixas à realização do estudo bibliográfico. Em geral, explora-se fontes bibliográficas (livros, revistas científicas, teses e afins); faz-se a leitura do material (deve-se reter o essencial); elabora-se fichas de leitura (resumos); e analisa-se as fichas (para avaliar os dados). “A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de ela permitir ao pesquisador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que se poderia pesquisar diretamente” (GIL, 1995, p. 73).

O texto está dividido em sete seções. A primeira apresenta o conceito de biopolítica em Foucault. A segunda destaca a relação entre medicina e biopolítica. A terceira indica a relação entre guerra e biopolítica. A quarta aponta as intercessões entre sexo e biopolítica. A quinta trata da segurança em termos de biopolítica. A sexta pontua a economia em termos biopolíticos. A sétima traz contribuições de outros autores sobre biopolítica.

O manuscrito conclui que biopolítica é um conceito atual, que ajuda a entender, por exemplo, as intervenções médicas, via TV, que buscam otimizar um estado de vida na população para fazê-la produzir mais, como convém ao mundo capitalista.

## 2 A biopolítica em Foucault

Percebida na segunda metade do século 18, a biopolítica incide sobre o corpo coletivo da população, na tentativa de regulá-lo. Ela não exclui a técnica disciplinar (que antecede à biopolítica e incide sobre corpos individuais) porque “é de outro nível, está em outra escala, tem outra superfície de suporte e é auxiliada por instrumentos totalmente diferentes”. Mas

“a integra, a modifica parcialmente e, sobretudo, vai utilizá-la implantando-se de certo modo nela, e incrustando-se efetivamente graças a essa técnica disciplinar prévia”.

A disciplina tenta reger a multiplicidade dos homens na medida em que essa multiplicidade pode e deve redundar em corpos individuais que devem ser vigiados, treinados, utilizados, punidos. E, depois, a nova tecnologia que se instala se dirige à multiplicidade dos homens, não na medida em que eles se resumem em corpos, mas na medida em que ela forma, ao contrário, uma massa global, afetada por processos de conjunto que são próprios da vida, que são processos como o nascimento, a morte, a produção, a doença [...]. Depois da anátomo-política do corpo humano, consolidada no decorrer do século 18, vemos aparecer, no fim do mesmo século, algo que já não é uma anátomo-política do corpo humano, mas que eu chamaria de uma biopolítica da espécie humana” (FOUCAULT, 2010, p. 204).

Ao contrário da disciplina, que é individualizante, a biopolítica é massificante. Ela tem três aspectos predominantes: (1) Lida com um elemento novo, um corpo múltiplo, de inúmeras cabeças: a população. “A população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder, aparece nesse momento” (FOUCAULT, 2010, p. 206). (2) Se dirige aos acontecimentos aleatórios que ocorrem em uma população, em determinado tempo. (3) Implanta mecanismos diferentes em relação aos mecanismos disciplinares (há previsões, estatísticas, medições globais; evita-se a morte, prolonga-se a vida, estimula-se a natalidade; busca-se otimizar um estado de vida).

Juntos, esses três processos visam assegurar sobre a população não uma disciplina, mas uma regulamentação. “A soberania fazia morrer e deixava viver. E eis que agora aparece um poder, que eu chamaria de regulamentação, e que consiste, ao contrário, em fazer viver e deixar morrer” (FOUCAULT, 2010, p. 207).

A manifestação dessa nova técnica de poder resulta na desqualificação da morte. A morte deixou de ser uma cerimônia brilhante, da qual participava todo o grupo para celebrar a passagem de um poder terreno a um poder do além, para ser aquilo que se esconde. Tornou-se privada, vergonhosa. Assim, a morte está do lado de fora em relação ao poder. Em relação ao poder disciplinar, a biopolítica demorou mais para se acomodar porque se assenta sobre fenômenos globais, de população, em processos biossociológicos.

O termo biopolítica apareceu pela primeira vez em 1974, em uma palestra ministrada por Foucault (2015) no Rio de Janeiro. “O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica” (FOUCAULT, 2015, p. 144).

Com o tempo, o termo biopolítica foi ganhando destaque em relação à disciplina a ponto de, em muitos trabalhos, ser usado como sinônimo de biopoder. Foucault (2012) tratou do tema nos anos 1970. Chegou ao assunto ao pesquisar a questão do poder e buscar traçar uma genealogia da sociedade e da política modernas (CASTRO, 2014).

Na obra foucautiana, há cinco rubricas principais para biopolítica: medicina, guerra, sexualidade, segurança e economia, que seguem:

### **3 A medicina na biopolítica**

A biopolítica se encarregou inicialmente de processos como a proporção dos nascimentos, a taxa de reprodução e a fecundidade de uma população. “São esses processos de natalidade, de mortalidade, de longevidade que, com os problemas econômicos e políticos, constituíram os primeiros objetos de saber e os primeiros alvos de controle dessa biopolítica” (FOUCAULT, 2012, p. 204).

Tais processos buscavam curar doenças que afligiam a população, que causavam a subtração das forças e a diminuição do tempo de trabalho, além de trazer custos econômicos pela produção não realizada e pelo tratamento feito. É na esteira desses fenômenos que, no século 18, surge a ideia de uma medicina com função de higiene pública, com a centralização da informação. Também aparecem, no início do século 19, cuidados com a velhice (por causa dos sistemas de produção), com os acidentes e com as anomalias diversas.

O cruzamento entre medicina e política pode ser analisado em duas perspectivas: como incorporação da medicina na política, ou seja, como absorção das funções da medicina pelo Estado (aqui, política associa poder e Estado, limitando o exercício do poder ao Estado); ou como processo de formação da autoridade medical, na qual o médico adquire uma espécie de status de autoridade política (aqui, mas próximo de Foucault, política se refere à relação de força entre grupos em sociedade) (FARHI NETO, 2010, p. 23).

Em termos biopolíticos, a medicina ganha importância com a proximidade entre política e corpo: o poder político faz dos corpos o local de seu exercício; à medicina cabe determinar formas e normas pelas quais o corpo politizado será constituído.

Na análise foucautiana, diz Farhi Neto (2010), a medicina pode ser pensada em três eixos: (1) medicina social, (2) transformação da biopolítica e (3) disciplinarização do hospital.

A (1) medicina social nasce no pós-guerra. Na Europa, o Estado já se ocupava da saúde desde o século 18. Mas com o Estado de bem-estar social, o Estado se coloca a serviço dos indivíduos, e não os indivíduos a serviço do Estado (como braços para a guerra, por exemplo). “Em 1942, em plena guerra mundial que mata 40 milhões de pessoas, se consolidou não o direito à vida, mas um direito diferente, mais importante e mais complexo, que é o direito à saúde” (FOUCAULT, 2008a, p. 40).

A (2) transformação da biopolítica se dá pela medicina, sobretudo pela medicina de Estado, medicina urbana e medicina da força do trabalho. A medicina de Estado surge na Alemanha, no século 13, com a polícia medical. Criada para melhorar a população, vista como força de Estado em sentido econômico e militar, ela registrava doenças e controlava o saber medical. A medicina urbana nasce na França, no século 18, na esteira do crescimento da

população urbana. Ela tratava do que ameaçava a cidade, como esgoto e lixo. A medicina da força de trabalho surge na Inglaterra, no século 19. Criava programas de atenção básica, como vacinação, e incidia inicialmente sobre os pobres insalubres, vistos como ameaça aos ricos.

A (3) disciplinarização do hospital ocorre a partir do século 18. Ela transforma o hospital de instituição terminal a local de cura e de produção do saber medical. No início, medicina e hospital eram dissociados. Mas a aproximação entre medicina e política, via medicina urbana, mudou isso. A disciplinarização do hospital também se deve à valorização do indivíduo, que no século 18 passou a ser alvo de investimentos disciplinares, e à expansão do saber medical. A clínica, como se chama o saber que se forma e se transmite entre os médicos, nasce neste momento.

#### **4 A guerra na biopolítica**

Em sentido biopolítico, a guerra é vista como política de purificação da raça e como conflito biológico (ou darwinismo social). Este dispositivo nasce a partir do século 17, quando pouco a pouco, de fato e de direito, só o Estado poderia iniciar uma guerra. “A guerra que se desenrola sob a ordem e sob a paz, a guerra que solapa a nossa sociedade e a divide de modo binário, é, no fundo, a guerra das raças” (FOUCAULT, 2010, p. 51).

Ao longo da história, o que se inscrevia no contexto de guerra de raças passa a se inscrever no contexto de luta de classes. Nota-se, assim, o fortalecimento de um discurso de combate que deve ser travado não entre duas raças, “mas a partir de uma raça considerada como sendo a verdadeira e única, aquela que detém o poder e aquela que é titular da norma, contra aqueles que estão fora dessa norma, contra aqueles que constituem outros perigos ao patrimônio biológico” (FOUCAULT, 2010, p. 52).

Os discursos sobre a guerra também foram modificados com o passar do tempo. No começo pensava-se “temos que nos defender de nossos inimigos por meio do Estado, das leis e das estruturas de poder”. Depois, dizia-se “temos de defender nossa sociedade contra todos os perigos biológicos dessa outra raça”. Neste contexto, a temática racista passa a servir aos conservadorismos sociais, e conduz ao racismo de Estado. Trata-se de “um racismo que uma sociedade vai exercer sobre ela mesma, sobre seus próprios elementos, sobre os seus próprios produtos. Um racismo interno, da purificação permanente, que será uma das dimensões fundamentais da normalização social” (FOUCAULT, 2010, p. 52).

O racismo nasce quando o tema da pureza da raça toma o lugar do da luta das raças. “Racismo é o meio de introduzir, nesse domínio da vida de que o poder se incumbiu, um corte: o corte entre o que deve viver e o que deve morrer” (FOUCAULT, 2010, p. 214).

A primeira função do racismo é “fragmentar, fazer censuras no interior desse contínuo biológico a que se dirige o biopoder”. A segunda é estabelecer uma espécie de relação outrora guerreira em sentido biológico: “Quanto mais as espécies inferiores tenderem a desaparecer,

quanto mais os indivíduos anormais forem eliminados, menos degenerados haverá em relação à espécie, mais eu viverei, mais forte serei, mais vigoroso serei, mais poderei proliferar” (FOUCAULT, 2010, p. 215).

O biopoder é compatível com o racismo. “Tirar a vida, o imperativo da morte, só é admissível, no sistema de biopoder, se tende não à vitória sobre os adversários políticos, mas à eliminação do perigo biológico e ao fortalecimento da própria espécie ou da raça. A raça, o racismo, é a condição de aceitabilidade de tirar a vida numa sociedade de normalização” (FOUCAULT, 2010, p. 215).

Para o autor, o racismo é ligado ao funcionamento de um Estado que é obrigado a utilizar a raça, a eliminação das raças e a purificação delas para exercer seu poder soberano. Neste sentido, diz que os estados mais assassinos são os mais racistas e que o nazismo foi possível a partir do biopoder. “A sociedade nazista generalizou absolutamente o biopoder; generalizou, ao mesmo tempo, o direito soberano de matar” (FOUCAULT, 2010, p. 219).

Nas sociedades socialistas também há racismo, uma vez que elas reivindicam o controle geral da população. “O Estado socialista, o socialismo, é tão marcado de racismo quanto o funcionamento do Estado capitalista. O socialismo foi, logo de saída, no século 19, um racismo” (FOUCAULT, 2010, p. 219).

No âmbito da guerra de raças e do racismo, o Estado não é mais o instrumento de repressão de uma raça contra a outra, “mas o promotor da superioridade e da pureza da raça. Ele deve garantir a integridade social, levando, a outro espaço, o delinquente, o louco, o anormal. Temos a passagem, com o racismo de Estado, da luta de raças à pureza da raça” (FARHI NETO, 2010, p. 65).

Especialidade médica, a psiquiatria colaborou com o racismo de Estado. Na Europa, no século 19, o Estado se muniu de um aparato que permitia o isolamento, a identificação e o afastamento dos anormais (portadores de algum potencial de degenerescência social). Ao cruzar loucura e criminalidade, a psiquiatria justificava sua intervenção direta na sociedade, no sentido de higiene pública. É pela teoria da degenerescência e da hereditariedade que a psiquiatria vai se juntar à biologia e à sociologia. O anormal é um perigo à sociedade e uma ameaça à raça. Havia um racismo contra o anormal.

## **5 O sexo na biopolítica**

O biopoder encontra na sexualidade dos indivíduos, que ele próprio induz e incita, um suporte de regulação. Pois, pelo sexo, articula-se disciplina e biopolítica. Essas duas tecnologias de poder se completam, como mostra o exemplo da cidade operária, no século 19: ela dividia os indivíduos por lotes, quadras e regiões (disciplina) ao mesmo tempo que determinava e regulava comportamentos (biopolítica). Tudo acompanhado de sistemas de seguro-saúde, regras de higiene e pressões sobre a sexualidade.

Por ser natural e universal, o sexo é o maior e mais duradouro elo entre estas duas faces do biopoder. “De um lado, da parte das disciplinas do corpo, o adestramento, a intensificação e a distribuição das forças, o ajustamento e a economia de energias. Do outro, o sexo pertence à regulação das populações, por todos os efeitos globais que induz. Insere-se, simultaneamente, nos dois registros” (FOUCAULT, 2012, p. 158).

A sexualidade é tanto um mecanismo de assujeitamento, uma maneira pela qual os indivíduos são submetidos socialmente, como um modo de subjetivação, do qual faz parte o modo de autocompreensão desses mesmos indivíduos. “O sexo tornou-se o desfileiro porque deve passar todo aquele que quer ter acesso à sua própria inteligibilidade, à totalidade de seu corpo, à sua identidade” (FOUCAULT, 2012, p. 205).

Um dos princípios do dispositivo da sexualidade é o desejo do sexo: desejo de possuí-lo, desejo de ter acesso a ele, desejo de descobri-lo, de liberá-lo, de articulá-lo em discurso, de formulá-lo em verdade (FOUCAULT, 2012, p. 207).

Nestes termos, a análise foucaultiana rechaça a hipótese repressiva. Busca mostrar que, no processo de afirmação do capitalismo, não houve silêncio, mas produção de discursos sobre sexo. Isso se dá em dois momentos: na incitação ao discurso sexual, a partir do século 16, na Igreja, escolas, medicina, psiquiatria, psicologia e biologia; e na escuta do prazer perverso, a partir da qual o poder psiquiátrico atinge o corpo social articulando noções de hereditariedade e teoria da degenerescência. “O sexo aparece em posição de responsabilidade biológica em relação à espécie” (FARHI NETO, 2010, p. 90).

Foucault (2012) diz que o dispositivo da sexualidade, ao contrário do que afirma a hipótese repressiva, não surge para evitar o desperdício da energia dos trabalhadores, para concentrá-las na produção, reservando à sexualidade a função de reprodução da força de trabalho. Nasce da necessidade de autoafirmação da burguesia, no século 18. O corpo e o sexo do proletariado serão problematizados só no século 19, quando já está disposta uma tecnologia de controle de tipo disciplinar (escola, prisão, hospital) e de tipo biopolítica (higiene pública, sistemas de segurança, medicalização geral da população).

No século XIX, a sexualidade se tornou um campo cuja importância estratégica foi fundamental aos governantes porque, de um lado, regulava o indivíduo, e, de outro, atua em uma série de processos biológicos ligados à população. “A sexualidade está exatamente na encruzilhada do corpo e da população. Portanto, ela depende da disciplina, mas depende também da regulamentação” (FOUCAULT, 2010, p. 211).

À época, a valorização médica da sexualidade se deveu a essa posição entre organismo e população, entre corpo e fenômenos globais. Vem daí, também, a ideia de que a sexualidade, quando indisciplinada e irregular, ameaça tanto o indivíduo, por conta das doenças, quanto à sociedade, pelas ameaças ao coletivo e por se supor que aquele que foi devasso sexualmente terá filhos devassos.

A sexualidade, “na medida em que está no foco de doenças individuais, e uma vez que está, por outro lado, no núcleo da degenerescência, representa esse ponto de articulação do disciplinar e do regulamentador, do corpo e da população” (FOUCAULT, 2010, p. 212). Nesse contexto, a medicina é um saber-poder que incide ao mesmo tempo sobre o corpo e sobre a população, sobre o organismo e sobre os processos biológicos e que vai, portanto, ter efeitos disciplinares e efeitos reguladores.

A norma ligará o disciplinar e o regulador. “A norma é o que pode tanto se aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar. A sociedade de normalização é uma sociedade em que se cruzam a norma da disciplina e a norma da regulamentação” (FOUCAULT, 2010, p. 213).

Em termos gerais, o sexo “dá lugar a vigilâncias infinitesimais, controles constantes, ordenações espaciais de extrema meticulosidade, exames médicos ou psicológicos infinitos, a todo um micropoder sobre o corpo” (FOUCAULT, 2012, p. 158). Também dá margem a medidas maciças, a estimativas estatísticas, a intervenções que visam o grupo social.

O sexo é acesso, ao mesmo tempo, à vida do corpo e à vida da espécie. Servimo-nos dele como matriz das disciplinas e como princípio das regulações. É por isso que, no século 19, a sexualidade foi esmiuçada em cada existência, nos seus mínimos detalhes; foi desencavada nas condutas, perseguida nos sonhos, suspeitada por trás das mínimas loucuras, seguida até os primeiros anos da infância. Mas vemo-la também tornar-se tema de operações políticas, de intervenções econômicas (por meio de incitações ou freios à procriação), de campanhas ideológicas de moralização ou de responsabilização (...). De um polo a outro dessa tecnologia do sexo, escalona-se toda uma série de táticas que combinam, em proporções variadas, o objetivo da disciplina do corpo e o da regulação das populações (FOUCAULT, 2012, p. 159).

A análise foucaultiana aponta quatro linhas de ataque ao longo das quais a política do sexo operou a partir do século 18: (1) histeria, (2) masturbação, (3) fetichismo e (4) coito interrompido. Cada uma delas foi a maneira de compor as técnicas disciplinares com os procedimentos reguladores.

A (1) histeria focou a mulher. No processo de histerização da mulher, o sexo foi definido de três maneiras: como algo que pertence em comum ao homem e à mulher; como algo que pertence também ao homem por excelência e, portanto, faz falta à mulher; e como o que constitui, por si só, o corpo da mulher, ordenando-o para as funções de reprodução.

A (2) masturbação recaiu sobre a criança. Elaborou-se a ideia de um sexo presente (em razão da anatomia) e de um sexo ausente (do ponto de vista da fisiologia); a masturbação revelaria o jogo entre presença e ausência; foi um dogma da medicina dos séculos 18 e 19 achar que a masturbação causaria esterilidade ou impotência mais tarde.

O (3) fetichismo diz respeito ao perverso. Na incitação ao discurso sobre o sexo, as diversidades sexuais não foram suprimidas, mas expostas a uma realidade analítica, visível e permanente. “O fetichismo serviu de fio condutor à análise de todos os outros desvios, pois



nele se lia claramente a fixação do instinto em um objeto à maneira da aderência histórica e da inadequação biológica” (FOUCAULT, 2012, p. 167).

O (4) coito interrompido está em um lapso entre as condutas procriadoras (ligadas às necessidades econômicas) e uma economia de prazer. O coito interrompido “representa o ponto em que a instância do real obriga a pôr termo ao prazer, e em que o prazer ainda consegue se manifestar, apesar da economia prescrita pelo real” (FOUCAULT, 2012, p. 168).

Na perspectiva do autor, histeria e masturbação se apoiaram em exigências de regulação (sobre uma temática da espécie, da descendência, da saúde coletiva) para obter efeitos ao nível da disciplina. Exemplos disso são o combate à sexualização das crianças (ameaça ao futuro dos adultos, da sociedade e da espécie) e a histerização das mulheres (levou à medicalização dos seus corpos, com vistas à solidez familiar e à salvação da sociedade).

No caso do fetichismo (perversos) e do coito interrompido (controle da natalidade), a intervenção era de natureza reguladora, apesar de apoiar-se na exigência de disciplinas e adestramentos individuais. “De um modo geral, na junção entre corpo e população, o sexo tornou-se o alvo central de um poder que se organiza em torno da gestão da vida, mais do que da ameaça da morte” (FOUCAULT, 2012, p. 160).

Na análise em conjunto, fetichismo, coito interrompido, histerização da mulher e masturbação ajudam a elaborar uma teoria geral do sexo. As três principais funções dessa teoria são: (1) a noção de sexo possibilitou agrupar elementos anatômicos, funções biológicas, condutas, sensações, prazeres, e permitiu fazer funcionar esta unidade fictícia como princípio causal, sentido onipresente, segredo a descobrir em toda a parte; (2) apresentando-se como anatomia e falha, como função e latência, como instinto e sentido, pôde marcar a linha de contato entre um saber sobre a sexualidade humana e as ciências biológicas da reprodução; (3) a noção de sexo permitiu inverter a representação das relações entre o poder e a sexualidade, fazendo-a aparecer não na sua relação essencial e positiva com o poder, mas como ancorada em uma instância específica e irredutível que o poder tenta sujeitar.

Foucault (2012) assinala que, ao longo dos séculos, houve a passagem da sociedade do sangue (marcada pela honra da guerra, triunfos da morte, suplício, o poder de falar através do sangue, poder de derramar o sangue, ter um certo sangue, ser do mesmo sangue, arriscar o próprio sangue) a uma sociedade do sexo (os mecanismos de poder se dirigem ao corpo, à vida, ao que lhe faz proliferar).

A passagem da sociedade do sangue (ligada ao soberano) à sociedade do sexo (ligada à norma) não resume as transformações que marcam o limiar da modernidade. Entretanto, nota-se a passagem de uma simbólica do sangue a uma analítica da sexualidade. “Não é difícil ver que, se há algo que se encontra do lado da lei, da morte, da transgressão, do simbólico e da soberania, é o sangue; a sexualidade encontra-se do lado da norma, do saber, da vida, do sentido, das disciplinas e das regulamentações” (FOUCAULT, 2012, p. 161).

A analítica da sexualidade e a simbólica do sangue podem pertencer a regimes de poder distintos, mas não se sucederam sem justaposições, interações e ecos. O racismo, em sua forma moderna, estatal e biologizante, se forma nesse encontro. “Toda uma política do povoamento, da família, do casamento, da educação, da hierarquização social, e uma série de intervenções permanentes no nível do corpo, das condutas, da saúde, da vida cotidiana, receberam então cor e justificação em função da preocupação mítica de proteger a pureza do sangue e fazer triunfar a raça” (FOUCAULT, 2012, p. 163).

## **6 A segurança na biopolítica**

Em termos biopolíticos, a segurança envolve tudo aquilo que representa uma ameaça à vida da população. Nesta rubrica, dá-se enfoque às ações de cuidado. No caso da saúde, da raça e da sexualidade, havia um efeito positivo sobre a vida.

A segurança se apoia no pacto firmado entre população e Estado. A ameaça, que se apresenta em eventos como o terrorismo, regula este acordo. “O que o Estado propõe como pacto à população é: vocês estarão garantidos. Garantidos contra tudo o que pode ser incerteza, acidente, dano, risco” (FOUCAULT, 2008a, p. 385).

Em termos históricos, a segurança nasce da incorporação, pelo poder soberano, a partir do século 16, de técnicas de obediência desenvolvidas pelo poder pastoral, que regulam compromissos de abades e monges desde os primeiros séculos do cristianismo (o termo governo, antes do uso político, era aplicado ao governo das almas). A pastoral cristã, o saber e a arte de governar os homens, devido à sua complexidade, eram consideradas a ciência das ciências, a arte das artes (FOUCAULT, 2008a, p. 154).

Três traços seriam suficientes para caracterizar a analogia entre o abade, que governa almas, e o pastor, que guia ovelhas: (1) sem o pastor o rebanho se dispersa; seu poder age sobre a multiplicidade, dando-lhe a configuração de rebanho; (2) o pastor visa o bem do rebanho, guiando as ovelhas a um objetivo, ao passo que o pastor cristão conduz os fiéis à salvação; (3) o exercício do poder pastoral é um dever, mais que um privilégio, pois o pastor está a serviço do rebanho, mais que do que a si mesmo, ao passo que a salvação do abade está atrelada à salvação de cada um dos monges (FOUCAULT, 2008a, p. 128-132).

No desenrolar histórico, o dispositivo da segurança não anula as estruturas legais da soberania e os mecanismos disciplinares.

Não há a era do legal, a era do disciplinar, a era da segurança. Vocês não têm mecanismos de segurança que tomam o lugar dos mecanismos disciplinares, os quais teriam tomado o lugar dos mecanismos jurídico-legais. Na verdade, vocês têm uma série de edifícios complexos nos quais o que vai mudar, claro, são as próprias técnicas que vão se aperfeiçoar ou, em todo caso, se complicar, mas o que vai mudar, principalmente, é a dominante ou, mais exatamente, o sistema de correlação entre os mecanismos jurídico-legais, os mecanismos disciplinares e os mecanismos de segurança (FOUCAULT, 2008a, p. 11).

A segurança da população é uma forma de gestão de casos, riscos, perigos e crise. Caso é aquilo que coletiviza os fenômenos, que integra no interior de um campo coletivo os fenômenos individuais. Risco é a probabilidade de alguém se infectar. Perigo está ligado a fatores de risco, como faixa etária e região onde mora. Crise é uma disparada circular que só pode ser controlada por um mecanismo natural e superior, que vai freá-lo, ou por uma intervenção artificial (FOUCAULT, 2008a, p. 79-81).

O dispositivo da segurança têm quatro características gerais: (1) o controle dos espaços; (2) o tratamento aleatório; (3) a normalização; (4) e a correlação entre técnica de segurança e população.

O (1) espaço refere-se ao território. Ele trata da soberania (um bom soberano é alguém que está bem situado no interior de um território), da disciplina (a constituição de um espaço vazio e fechado, no interior do qual vão ser construídas multiplicidades artificiais organizadas de acordo com o triplice princípio da hierarquização, da comunicação exata das relações de poder e dos efeitos dessa distribuição) e da segurança (vai trabalhar com a disposição do espaço, com o escoamento das águas, com as ilhas, com o ar). O espaço também refere-se ao meio. Trata-se de um campo de intervenção que vai procurar atingir a população, “uma multiplicidade de indivíduos que são e que só existem profunda, essencial e biologicamente ligados à materialidade dentro da qual existem (FOUCAULT, 2008a, p. 28).

O (2) tratamento aleatório refere-se a fenômenos de massa, em série, de longa duração. Daí a importância da estatística, desenvolvida no século 18, que o autor chama de ciência da polícia. Os dispositivos de segurança devem funcionar tendo em conta a aleatoriedade dos acontecimentos futuros. Se a lei proibia e a disciplina prescrevia, a segurança, a partir de certos instrumentos de proibição e de prescrição, responde a uma realidade, regulando-a. “Essa regulação no elemento da realidade é fundamental nos dispositivos da segurança” (FOUCAULT, 2008a, p. 61).

A (3) normalização é específica da segurança. Ela não é do mesmo tipo da normalização disciplinar. A normalização disciplinar consiste em colocar um modelo e conformar as pessoas e os gestos a esse modelo, considerando normal aquele que é capaz de segui-lo e de anormal quem não o é. Há o predomínio da norma (normação). No contexto da segurança, a normalização identifica o normal e o anormal, para depois fazer “essas diferentes distribuições de normalidade funcionarem umas em relação às outras, e em fazer com que as mais desfavoráveis sejam trazidas às que são mais favoráveis. São essas distribuições que vão servir de norma” (FOUCAULT, 2008a, p. 82).

A (4) correlação entre técnicas de segurança e população ocorre entre o século 17 e o início do século 19. A segurança se fortalece a partir da integração da cidade (ligada à circulação, ao espaço) com os mecanismos centrais de poder. Na correlação com a população, a política não se ocupa com os indivíduos. O que conta para o mecanismo de segurança é a garantia da vida da população como um todo, e não de cada indivíduo.

A segurança da população está atrelada ao que antes dizia respeito à segurança do território e à segurança do soberano (ele não podia ser ameaçado). Foucault (2008a, p. 88) diz que a questão ganhou notabilidade governamental no século 18, apesar de reconhecer que não foi nesta época que surgiram as primeiras preocupações com a população no pensamento político. Até então se pensava a população em termos de mortandade.

O cameralismo e o mercantilismo contribuíram com a nova visão sobre a população: no século 17, esses sistemas sinalizaram a população como aquilo que fornece braços à agricultura, às manufaturas; viam a população como fundamento da riqueza, de um lado, e como aquilo que devia ser enquadrada por sistemas regulamentares, de outro.

No século 18, em oposição ao mercantilismo, a fisiocracia começa a pensar que a população deveria ser administrada por aquilo que tem de natural. Em três aspectos: (1) a população como um fenômeno de natureza (não se pode mudar por decreto; se deseja-se mudá-la, é preciso agir sobre os fluxos de moeda, seus comportamentos, sua fecundidade); (2) como algo movido a desejo (o desejo é aquilo que fará todo indivíduo agir); (3) como público (a população do ponto de vista das suas opiniões; disso resulta governo e economia política).

## **7 A economia na biopolítica**

Foucault (2008b) nunca falou que a economia ou racionalidade econômica é uma forma de biopolítica. Mas foi explícito ao afirmar que só podemos entender a biopolítica quando entendermos o que foi o liberalismo. “Só depois que soubermos o que era esse regime governamental chamado liberalismo é que poderemos, parece-me, apreender o que é a biopolítica” (FOUCAULT, 2008b, p. 30).

A economia é compatível com a biopolítica pelo interesse. O interesse, como diziam os fisiocratas, é uma característica natural dos sujeitos. O interesse não é um operador biológico, como o sangue e o sexo, mas, do mesmo modo que estes, o interesse é investido como determinante de uma natureza humana. “Assim, ao lado das características biológicas, a noção de população encerra, desde o século 18, uma característica que a remete ao econômico” (FARHI NETO, 2010, p. 155).

Desde o século 18, a biopolítica aponta problemas relacionados à população, como saúde, natalidade e longevidade, que dizem respeito à prática governamental. Percebeu-se depois que esses problemas não poderiam ser dissociados da economia, sobretudo por meio do liberalismo, já que foi em relação a ele que adquiriram o aspecto de desafio. “O liberalismo deve ser analisado como princípio e método de racionalização do exercício do governo. Racionalização que obedece, e essa é a sua especificidade, à regra interna da economia máxima” (FOUCAULT, 2008b, p. 432).

A análise sobre o tema destaca que enquanto a racionalização do exercício do governo visa maximizar seus efeitos e diminuir ao máximo seus custos político e econômico, a

racionalização liberal parte do postulado de que governo, no sentido da atividade de governar, não poderia ser sua própria finalidade.

Sob este prisma, o governo “não tem em si razão de ser, e sua maximização, ainda que nas melhores condições possíveis, não deve ser seu princípio regulador”. Nesse ponto, o “liberalismo rompe com essa razão de Estado que, desde o fim do século 16, havia procurado na existência e no fortalecimento do Estado o fim capaz de justificar uma governamentalidade crescente e de regular seu desenvolvimento” (FOUCAULT, 2008b, p. 432).

Foucault (2015) chega à questão do governo depois de pensar o problema da população: a população desbloqueia a arte de governar porque se torna o foco da economia e o objetivo do governo.

Em sentido foucaultiano, a arte de governar se desenvolveu a partir do século 16. Ela sempre esteve ligada a três fenômenos: (1) ao desenvolvimento do aparelho administrativo de governo; (2) a um conjunto de análises e saberes, com destaque no século 17 ao conhecimento do Estado, seus elementos, fatores de sua força; (3) e à relação com o mercantilismo, cujo objetivo era fazer o soberano ser rico para fazer política, e com o cameralismo.

A população desbloqueia a arte de governar, porque, em primeiro lugar, permitirá eliminar o modelo de família e centralizar a noção de economia em outro ponto. Em segundo lugar, se tornará objetivo do governo. “Não só governar, mas melhorar a sorte da população, aumentar sua riqueza, sua duração de vida, sua saúde” (FOUCAULT, 2015, p. 425). Em terceiro lugar, ela será o ponto em torno do qual o governo deverá agir de modo racional e planejado. “Em suma, a passagem de uma arte de governar a uma ciência política, de um regime dominado pela estrutura da soberania a um regime dominado pelas técnicas de governo, ocorre no século 18 em torno da população e, por conseguinte, em torno do nascimento da economia política” (FOUCAULT, 2015, p. 426).

## **8 A biopolítica em outros autores de destaque**

Desde seu aparecimento, em 1974, o termo biopolítica vem sendo empregado na investigação de diversos assuntos relacionados à população. Há várias leituras sobre o tema.

Caponi (2012) observa que, a partir do momento em que o biológico ingressou no registro da política, no século 18, o corpo e a vida passaram a se transformar em um alvo privilegiado de saber e de intervenções corretivas. “O sujeito, como sujeito de direitos, passou a ocupar um segundo lugar em relação à preocupação política de maximizar o vigor e a saúde das populações” (CAPONI, 2012, p. 23).

Para a autora, os estudos e as estratégias eugênicas seriam o que melhor define as características da biopolítica, que, ao mesmo tempo que propõe o melhoramento da raça e da espécie, parece precisar de corpos sem direito. Ou seja, corpos que se configuram como vida nua, aquela que se mantém às margens do poder e pode ser aniquilada.

Uma das características da biopolítica é a importância da norma sobre a lei. Por esse caminho, o anormal é definido com base no normal. Ele é considerado uma exceção à norma. “A exceção se situa em posição simétrica em relação ao exemplo, com o qual forma o sistema. Este constitui os dois modos através dos quais um conjunto procura manter a própria coerência” (AGAMBEN, 2002, p. 29).

Caponi (2012) entende que a grande novidade que se produz no mundo moderno, do qual falam Foucault (2012), Agamben (2002) e Arendt (2005), é o fato de a vida, o corpo, a saúde, as necessidades, a reprodução, que antes faziam parte da esfera pré-política, ingressarem no registro da política. Ela considera que há duas faces a se considerar em relação à biopolítica.

A primeira refere-se ao domínio do vital (natalidade, saúde, mortalidade e reprodução – para os gregos isso era privado, mas entrou na vida política). Desse processo resultam direitos como o das mulheres, das gestantes, dos trabalhadores, e toda a forma do direito à assistência.

A segunda, mais obscura, é representada pelas políticas higiênicas, psiquiátricas e eugênicas do século 19. “Políticas que, com o objetivo de melhorar a população e a raça, multiplicaram as condutas que, classificadas como anormais, passaram a ser alvo de intervenção e gestão médica” (CAPONI, 2012, p. 25).

Para Rabinow (2006), há atualmente três temas que condensam algumas das linhas biopolíticas da força ativa: (1) raça, (2) reprodução e (3) medicina genômica.

A ideia de (1) raça, a partir do século 18, formou um prisma para a imaginação da nação e para o controle político da saúde. Houve a biologização da raça, a noção de degenerescência e as estratégias de eugenia. Atualmente a raça adentra o domínio da verdade biológica, vista agora por uma mirada molecular. “A genômica contemporânea é principalmente dirigida às condições da doença, ao invés de características gerais, tais como inteligência ou personalidade (...)”. “Ela não busca se pronunciar acerca do destino em si, mas sim interpretar o futuro como probabilístico e abri-lo à esperança e à intervenção técnica” (RABINOW, 2006, p. 43).

A (2) reprodução, a partir da década de 1970, conjuga um triplo movimento, que problematiza a questão da reprodução devido às suas consequências econômicas, ecológicas e políticas. “Estes lugares combinaram-se, fazendo da reprodução um campo de problemática, no qual um conjunto de conexões aparece entre o individual e o coletivo, o tecnológico e o político, o legal e o ético. É um espaço biopolítico por excelência” (RABINOW, 2006, p. 44).

A (3) medicina genômica se assemelha às primeiras estratégias biopolíticas, no século 18, que diziam respeito ao controle da doença e da saúde. Tais estratégias forneciam um modelo para outras problematizações, que atuavam em termos da divisão do normal e do patológico e focavam tanto o corpo do indivíduo quanto ao coletivo. “A despeito do enfoque contemporâneo sobre o corpo individualizado, a ação sobre o polo coletivo tem sido o principal motor de incrementos na longevidade e na qualidade de vida” (RABINOW, 2006, p. 49).

Fassin (2006) diz que Foucault (2012) desenvolveu de maneira decisiva uma teoria do biopoder cujo componente mais notável é a biopolítica. Tal conceito, avalia ele, foi decisivo às ciências sociais. Mais do que um governo da vida, a biopolítica se mostrou como um governo das populações, das suas condutas e práticas.

Na avaliação de Fassin (2006), a obra foucaultiana é valiosa por observar poderes sobre o corpo e sobre a população, e por separar estes em disciplina e regulação. Mas peca ao não citar, apesar de se inspirar nelas, as obras de Georges Canguilhem (oferece uma reflexão epistemológica) e Hannah Arendt (uma teoria moral). É a partir desses polos, pensa ele, que Agamben (2002) constrói sua versão biopolítica de vida nua.

Fassin (2006) pensa a biopolítica entre o vivo e o vivido, entre *zoé* e *bios*. Atualmente a biopolítica opera em dois grandes eixos. O primeiro refere-se ao laboratório, à bioinformática, à imunologia clínica, ao sequenciamento genético, à procriação, à terapia assistida. O segundo diz respeito à cidade, ao acampamento, aos refugiados, à proteção social e aos programas de segurança. “Essa fronteira de investigação da vida nua e vida social, do vivente e do vivo, é onde a biologia encontra a política” (FASSIN, 2006, p. 40).

Lazzarato (2007) avalia que a patente do genoma e o desenvolvimento de máquinas inteligentes, assim como as biotecnologias e a concentração das forças da vida no trabalho, “traçam uma nova cartografia dos biopoderes”.

O autor diz que a biopolítica, entendida como governo/população/economia política, remete a uma dinâmica das forças que fundam uma nova relação entre ontologia e político. A economia-política de que fala Foucault, acrescenta ele, não é a economia do capital e do trabalho dos economistas clássicos, nem a crítica da economia marxiana do trabalho vivo.

Se trata de uma economia política das forças ao mesmo tempo muito perto e muito longe destes pontos de vista. Muito perto ao ponto de vista de Marx, já que o problema da coordenação e do domínio das relações entre os homens enquanto seres viventes e os homens com as coisas, com o objetivo de extrair mais força, não é um simples problema econômico, mas ontológico. Muito longe porque a economia política reduz as relações de força a relações entre capital e trabalho, fazendo dessas relações simétricas e binárias a origem de toda dinâmica social e de todas as relações de poder (LAZZARATO, 2007, p. 85).

A economia política de que fala Foucault governa um campo complexo no qual entram em jogo os recursos naturais, os produtos do trabalho, sua circulação, a amplitude do comércio, a disposição das cidades e rodovias, as condições de vida, o número de habitantes, sua longevidade, seu vigor e sua atitude para com o trabalho.

Neste contexto, acrescenta Lazzarato (2007, p. 85), a biopolítica se apresenta como “a coordenação estratégica destas relações de poder dirigidas a que os seres vivos produzam mais força. A biopolítica, então, é uma relação estratégica e não um poder de dizer da lei ou de fundar a soberania”.

## 9 Considerações finais

Biopolítica não é um conceito antigo. É algo atual. Ajuda a pensar diversos temas contemporâneos, como a crescente participação de médicos em programas de TV sobre saúde e bem-estar: por meio desses televisivos, a medicina amplia suas oportunidades de intervenção no corpo coletivo da população.

No Brasil, para citar um exemplo notório, médicos participam diariamente do programa *Bem Estar*, criado em 2011 pela *Rede Globo*, a maior emissora de TV do país. Apresentados como conhecedores dos segredos da vida saudável, os médicos entrevistados costumam estabelecer normas em relação ao corpo (em geral, combatem a obesidade), à alimentação (recomendam o que colocar e o que evitar à mesa), à atividade física (ensinam a melhor maneira de se exercitar) e ao sexo (alertam para formas arriscadas), para citar exemplos básicos. Fazem isso porque possuem um conhecimento específico, pouco ou nada acessível ao telespectador comum, o que lhes dá “notoriedade pública” ou “prêmio capital” (BOURDIEU, 1997, p. 73).

Importante lembrar que, com ajuda médica, a biopolítica se encarregou inicialmente de processos relacionados à saúde da população, como a proporção de nascimentos, taxa de reprodução e fecundidade. Esses processos iniciaram-se no século 18. Buscavam curar doenças que atingiam a população e que causavam a subtração de suas forças e a diminuição do tempo de trabalho, além de trazer custos econômicos pela produção não realizada e pelo tratamento feito.

Também é importante lembrar que um dos efeitos da abrangência da ação medical é o estabelecimento de normas: o sistema medical, com todo o aparato midiático que lhe serve de apoio, passa a estipular normas e a aplicá-las aos indivíduos. “A sociedade passa a se regular, a se ordenar, a se condicionar, de acordo com as normas físicas e mentais que são determinadas por processos médicos” (FARHI NETO, 2010, p. 30).

A preocupação com a saúde é algo antigo. É provável que tenha surgido milênios antes da invenção dos meios de comunicação de massa. Mas o destaque da saúde em veículos como a televisão é novo. Esse destaque parece ter criado uma preocupação sem precedentes em torno do tema. Em parte, isso abre caminho a uma intervenção médica que busque otimizar um estado de vida na população para fazê-la produzir mais, como convém ao mundo capitalista.

## Referências

AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I*; tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: UFMG, 2002

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense, 2005



BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Tradução de Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997

CAPONI, Sandra. *Loucos e degenerados: uma genealogia da psiquiatria ampliada*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012

CASTRO, Edgardo. *Introdução a Foucault*. Tradução de Beatriz de Almeida Magalhães. Belo Horizonte: Autêntica, 2014

FARHI NETO, Leon. *Biopolíticas: as formulações de Foucault*. Florianópolis: Cidade Futura, 2010

FASSIN, Didier. La biopolitique n'est pas une politique de la vie. *Revue Sociologie et sociétés*, l'Université de Montréal, l'Université Laval et l'Université du Québec à Montréal, v. 38, n. 2, 2006

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa e J. A. Guilhon Albuquerque. 22. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2012

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. 2 ed. tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2010

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995

LAZZARATO, Maurizio. Del biopoder a la biopolítica. *Brumaria*, n. 7. Arte, máquinas y trabajo inmaterial, 2007

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003

RABINOW, Paul. O conceito de biopoder hoje. *Revista de Ciências Sociais*, n. 24, 2006